

## **A Investigação Educacional em Portugal**

*Bártolo Paiva Campos*  
*Presidente do IIE*

Neste breve estudo de caso sobre a investigação educacional em Portugal baseio-me nas comunicações apresentadas no Seminário que sobre este tema o Instituto de Inovação Educacional (IIE) e o CERI da OCDE organizaram em Lisboa, em 13 de Abril de 1994 (Fernandes & Esteves, 1995; Grilo, 1995; Correia & Stoer, 1995). Terei ainda presente o debate que as mesmas suscitaram e um artigo que eu próprio escrevi recentemente sobre a questão (Campos, 1993).

De um modo sintético serão abordadas as seguintes questões relativamente à investigação educacional em Portugal: (i) estruturas e instituições; (ii) recursos; (iii) temas e métodos; (iv) prioridades para a investigação; (v) problemas; (vi) perspectivas futuras.

Tendo em conta o enquadramento do projecto em que se situa este estudo de caso, a abordagem feita à investigação educacional em Portugal privilegiará como ponto de vista o contributo desta para a resolução dos problemas educativos, para a decisão política e a prática dos profissionais e para a promoção da qualidade da educação.

### **Estruturas e instituições**

O desenvolvimento da investigação educacional em Portugal é recente. Só começou a tomar dimensão significativa a partir de 1974 e, sobretudo, nos últimos dez anos. Tal desenvolvimento é consequência da criação de cursos de formação de professores no ensino superior e de mestrados e doutoramentos; estes, num primeiro momento, destinaram-se a formar professores para aqueles cursos.

Actualmente, é realizada em 20 departamentos do ensino superior universitário e em 14 do ensino superior politécnico; uns e outros asseguram as componentes pedagógicas dos cursos de formação de professores (no ensino politécnico para educadores de infância e professores do 1º ao 6º grau; no ensino universitário para professores do 7º ao 12º grau) e cursos curtos de especialização em diversos domínios da educação; os departamentos universitários asseguram ainda cursos de mestrado e proporcionam a realização de doutoramentos.

Nestes departamentos existem, por vezes, estruturas próprias para a investigação, em geral chamados centros, mas em muitos casos os docentes/investigadores realizam investigação isoladamente (modalidade predominante nos departamentos do ensino superior politécnico) e há casos em que um centro integra elementos de vários departamentos de educação.

Mas a investigação em educação não se tem desenvolvido de igual modo em todos os departamentos. Se tivermos em conta alguns indicadores (número de investigadores seniores, de investigações publicadas e de alunos que terminaram o mestrado e o doutoramento) verifica-se que em apenas sete departamentos universitários o desenvolvimento é significativo.

Convém salientar que em vários departamentos de Ciências Sociais, que também se desenvolveram após 1974 (Psicologia, Sociologia e Antropologia ...), se realiza investigação em educação ligada às respectivas disciplinas.

Fora das instituições do ensino superior, a investigação em educação realiza-se no Instituto de Inovação Educacional, instituto nacional de investigação para a promoção da inovação criado há poucos anos (1987) e que, como veremos, também financia a investigação realizada noutras instituições. Há também associações privadas que desenvolvem projectos de investigação, mas os seus investigadores são, na quase totalidade, os docentes/investigadores do ensino superior; no domínio da investigação, estas associações facilitam a integração no mesmo projecto de investigadores situados em diferentes departamentos.

Se tivermos em conta a investigação-acção e os projectos de inovação que se têm vindo a desenvolver nas escolas, é necessário referir as escolas do ensino básico e secundário que também podem ser consideradas instituições de investigação; em muitos casos, no entanto, tais iniciativas são realizadas em colaboração com os departamentos do ensino superior.

## Recursos

*Recursos Humanos.* Como a investigação em educação está intimamente ligada ao ensino das disciplinas educacionais, os investigadores são, portanto, os docentes dos diferentes cursos referidos ou os alunos de mestrado e de doutoramento. Os docentes do ensino básico e secundário, quando realizam investigação fazem-no, na maior parte dos casos, no quadro de mestrados, doutoramento e cursos de especialização. Os projectos de investigação dos

departamentos do ensino superior também associam, por vezes, docentes dos ensinamentos básico e secundário.

A maioria dos primeiros docentes/investigadores (mais de uma centena) no domínio da educação fizeram a sua formação no estrangeiro: Bélgica, França, Suíça, Quebec, Inglaterra e Estados Unidos da América...

Os investigadores e docentes de educação estão organizados numa associação (Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação), criada em 1990, que conta actualmente com cerca de 700 membros. Saliente-se que basta ser professor no domínio das disciplinas educacionais para ser membro da associação.

*Recursos Materiais.* As despesas com instalações, equipamento e pessoal investigador são asseguradas pelas instituições do ensino superior, que de facto são instituições de ensino e de investigação, não sendo fácil separar as despesas com um e com outra. No que se refere a financiamentos específicos de projectos de investigação, para além do que algumas instituições do ensino superior asseguram, há que referir o que provém de instituições públicas e de instituições privadas exteriores. As instituições públicas são a Junta Nacional de Investigação Científica, que apoia a investigação em todos os domínios, e o Instituto de Inovação Educacional, que apoia a investigação no domínio da educação na medida em que se centre nos problemas que esta suscita.

Entre as instituições financiadoras privadas, destaca-se a Fundação Calouste Gulbenkian, sendo ainda de referir os apoios concedidos pelas Fundações Bernard Van Leer e Aga Khan predominantemente para projectos de investigação/acção.

Importa também aludir ao financiamento à investigação que é concedido pela JNICT e pela Fundação Gulbenkian através de bolsas para a realização de mestrados e doutoramentos. E começam a aparecer as encomendas de estudos aos departamentos do ensino superior por parte de organismos públicos. Vários são ainda os projectos financiados directamente pela União Europeia.

## Temas e métodos de investigação

Se perspectivarmos a investigação educacional em sentido abrangente, isto é, englobando estudos históricos e comparativos, análises e reflexões teóricas, construção de instrumentos de observação, descrição e diagnóstico de

situação, avaliação de necessidades, propostas fundamentadas de mudança, planeamento e avaliação de medidas de política educativa e de inovação pedagógica, pesquisas experimentais e quasi-experimentais ou qualitativas e estudos de investigação-acção, pode dizer-se que quase não há tema educativo que não tenha sido objecto de investigação educacional ou metodologia de investigação que não tenha sido ensaiada.

A mais parte da investigação até agora realizada tem como razão de ser a preparação das dissertações de mestrado e de doutoramento. Uma boa parte dela tem-se desenvolvido no contexto dos quadros teóricos e metodológicos das disciplinas clássicas: Filosofia, História, Psicologia, Sociologia e Administração.

De entre as questões educativas sobre as quais a investigação se tem debruçado, destacam-se o sucesso/insucesso escolar, a avaliação das aprendizagens, as didácticas de algumas disciplinas (Ciências da Natureza, Física, Química, Matemática e Línguas), a educação especial, a gestão das escolas, as relações entre escola e família, a educação para a democracia, a formação de professores, a profissão docente, a formação de professores e o recurso às novas tecnologias da informação nas aprendizagens. De referir que Portugal tem participado em vários estudos comparativos internacionais. Não é fácil determinar o número de investigações em educação realizadas no país nos últimos vinte anos. Se tivermos em conta o número de teses de mestrado e de doutoramento, verificamos que a base de dados mais completa que existe sobre a matéria (e ainda está incompleta) regista 396 mestrados e 45 doutoramentos. Se consideramos os projectos que, nos últimos sete anos, obtiveram financiamentos de instituições públicas ou privadas, consegue-se identificar quase uma centena.

### Prioridades para a investigação

Se, para identificar prioridades de investigação, nos colocarmos do lado dos problemas que o desenvolvimento da educação básica e secundária em Portugal hoje levanta, podemos assumir como prioritárias as questões enunciadas por Grilo (1995): (i) modelo da nova educação básica (obrigatória) de nove anos, (ii) combate ao insucesso e abandono escolar, tendo ainda em conta as assimetrias regionais que se verificam no fenómeno; (iii) capacidade da escola para atrair e motivar os alunos, nomeadamente face a outros ambientes mais atractivos da vida moderna; (iv) relevância dos currículos e programas de escolaridade pós-obrigatória tendo em conta a empregabilidade dos jovens não só a

curto prazo mas, sobretudo, a médio e longo prazo, isto é, considerando o ritmo das mudanças tecnológicas e a inerente obsolescência das formações; (v) temas transdisciplinares e aprendizagens não disciplinares; (vi) direcção e gestão das escolas; (vii) papel e estatuto do professor capaz de liderar uma escola de projecto; (viii) relação entre educação e o desenvolvimento social.

Poderíamos acrescentar mais algumas questões: (ix) avaliação dos processos e resultados da implementação das reformas e condições para a construção local de mudanças educativas (inovação); (x) reorganização dos tempos e espaços de aprendizagem; (xi) desenvolvimento de estratégias diferenciadas de ensino e recurso aos media e às novas tecnologias da informação; (xii) metodologias de auto-avaliação e desenvolvimento das escolas; (xiii) a administração escolar para além da escola; (xiv) a formação profissional; (xv) a educação dos adultos; (xvi) pedagogia universitária. E não se pode esquecer que, antes de mais, seria preciso conhecer melhor os alunos e os seus pontos de vista sobre o seu processo educativo e sobre o seu futuro.

### Problemas

Vários são os aspectos problemáticos do desenvolvimento da investigação educacional em Portugal:

- a investigação em educação ainda não constitui objectivo político claro; embora a educação seja proclamada questão política prioritária, a investigação neste domínio não é considerada relevante para o desenvolvimento da educação, tanto quanto é possível deduzir das políticas adoptadas;
- a investigação em educação em Portugal ainda não conseguiu fazer-se reconhecer pelos profissionais de educação, pelos decisores políticos, pelos parceiros sociais e pela opinião pública em geral;
- o organismo nacional que financia a investigação nos vários domínios científicos (JNICT) ainda não tem, relativamente à investigação em educação, uma política determinada e regular; não é domínio prioritário nem tem tratamento correspondente à importância social do sector;
- a procura da investigação por parte das várias entidades ligadas à educação e formação, quer recorrendo aos centros de ensino superior quer constituindo núcleos próprios de investigação, tem sido pouca e só agora começa a despontar;

- poucas instituições do ensino superior têm uma política deliberada de promoção da investigação em educação: esta questão é deixada à iniciativa de cada docente sem que haja preocupação em criar condições (de tempo, de meios) para a investigação; o tempo destinado é o que resta das tarefas de docência e de gestão e o estímulo é o que resulta das exigências para progressão da carreira; a situação é mais grave nos departamentos do ensino politécnico;

- os centros de documentação dos departamentos de educação são de valor muito desigual quanto à natureza dos documentos que possuem; muitos não estão informatizados nem os respectivos documentos estão indexados de modo a facilitar a pesquisa temática; também ainda não existem meios de acesso fácil e útil para pesquisar os documentos de todos os centros a partir de cada uns deles;

- a massa crítica constituída por investigadores já qualificados é ainda pequena e encontra-se dispersa, não só do ponto de vista geográfico, mas também quanto a perspectivas teóricas e metodológicas em que se situam, o que dificulta a congregação de esforços em equipas com projectos mais vastos; além disso, o tempo disponível para investir em investigação, para muitos, é reduzido e as estruturas organizativas de âmbito nacional são ainda muito frágeis;

- a investigação em educação realizada é ainda muito académica, pois destina-se na maior parte dos casos à obtenção de graus universitários (mestrado, doutoramento) ou à preparação de provas de progressão na carreira docente no ensino superior; o objectivo primeiro é a formação de docentes e de investigadores realizada individualmente;

- a investigação em educação não toma muitas vezes como ponto de partida os problemas detectados no mundo da educação nem os seus resultados aparecem relevantes para a actuação dos decisores políticos e dos profissionais de educação;

- ainda não é significativa a investigação que se centra nas escolas e em que há uma participação significativa dos professores e uma preocupação de valorização dos saberes destes e de fomento da interacção de tais saberes com os dos investigadores;

- muita da investigação realizada, uma vez que se trata de teses de mestrado e de doutoramento, tem divulgação restrita, não existindo

ainda uma base de dados nacional sobre as mesmas e sobre os projectos de investigação em curso; e também não existem hábitos de diálogo, debate e discussão crítica da investigação apresentada em congressos ou publicada.

### Perspectivas futuras

Podemos formular a hipótese de que os problemas que se levantam ao contributo da investigação educacional em Portugal para as decisões de política educativa e para a fecundação das concepções e práticas dos profissionais da educação são, em parte, os mesmos que se verificam nos outros países e, em parte, específicos à nossa situação de desenvolvimento social e de desenvolvimento das ciências da educação. Centrando as perspectivas futuras apenas neste último aspecto, considero que os problemas referidos estão ligados ao carácter recente do desenvolvimento da investigação educacional em Portugal mas que estão criadas condições para que nos próximos anos se assista a uma fase significativamente diferente.

De facto:

- aumentará o número de investigadores qualificados, libertos das preocupações de progressão académica e com mais disponibilidade para a investigação;

- os organismos ligados à educação recorrerão cada vez mais às instituições de investigação para a realização de estudos que orientem a sua acção;

- a competição entre instituições do ensino superior e a progressiva avaliação destas não deixará de concorrer para que se centrem cada vez mais nos problemas sociais relevantes;

- o Instituto de Inovação Educacional terá uma política cada vez mais clara de apoio à investigação considerada relevante para o desenvolvimento da educação;

- o facto de começar a ser significativo o número de professores dos ensinos básico e secundário que realizaram cursos de mestrado em educação contribuirá para a investigação centrada em escolas e com a participação, em cooperação com investigadores do ensino superior, dos professores que nelas trabalham;

- o progressivo maior investimento das instituições do ensino superior na formação contínua de professores (para a qual existem substanciais fundos comunitários) levará os investigadores a melhor perceberem qual o conhecimento relevante para a prática educativa;

- a elaboração, em curso no IIE, de base de dados de mestrado e doutoramento e de projectos de investigação bem como a perspectiva, em estudo, de tornar possível a médio prazo a pesquisa temática da documentação existente em todos os centros de documentação educacional feita a partir de qualquer um deles, facilitará a interacção entre a investigação realizada e a prática dos actores da educação a acontecer por ocasião da formação inicial e contínua dos professores ou por ocasião do desenvolvimento de projectos nas escolas.

### Referências bibliográficas

Campos, B. P. (1993). As Ciências da Educação em Portugal. *Inovação*, 6, 11-28.

Fernandes, R. & Esteves, M. (1995). Estrutura e recursos da investigação educacional. *In* Bártolo Campos (org.), *A investigação educacional em Portugal*. Lisboa: IIE.

Grilo, M. (1995). Uma reflexão sobre alguns temas educativos em Portugal. *In* Bártolo Campos (org.), *Investigação educacional em Portugal*. Lisboa: IIE.

Correia, J. & Stoer, E. (1995). Investigação em educação em Portugal: Esboço de uma análise crítica. *In* Bártolo Campos (org.), *A investigação educacional em Portugal*. Lisboa: IIE.